



TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Administradores da
TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Incerteza com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, a Companhia encontra-se com as atividades paralisadas, contudo, após encerramento do exercício de 2025, foi formalizado contrato para fabricação de 23 torres, com previsão de faturamento de R\$ 41.897 mil (fase 01), com a possibilidade de nova demanda para a fabricação de 16 torres e previsão de faturamento de R\$ 29.146 mil. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes decorrentes dessa incerteza. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Tributos a recuperar

Créditos acumulados - ICMS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06 (a), as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 incluem no Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo, créditos de ICMS no valor total de R\$ 32.007 mil. A Companhia pretende comercializar os créditos acumulados de ICMS nos próximos exercícios. Com o intuito de adequar os registros contábeis à expectativa de realização, a Companhia reconheceu um deságio de 30% sobre o saldo desses créditos, no montante de R\$ 9.602 mil. Ademais, a Companhia protocolou, junto à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, o pedido de homologação e certificação dos créditos de ICMS referentes aos exercícios de 2017 e 2018, contudo, ainda não houve o deferimento dos créditos referentes ao exercício de 2018.

Créditos extemporâneos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06 (b), no exercício de 2020, a Companhia contratou empresa especializada para levantamento de créditos fiscais relativos aos últimos 05 (cinco) exercícios, correspondentes ao PIS e à COFINS não cumulativos incidentes sobre as aquisições de bens do ativo imobilizado e demais insumos, bem como ao INSS sobre diversas verbas indenizatórias. O valor dos créditos atualizado, apurado pela empresa de consultoria, montou a R\$ 15.125 mil, dos quais R\$ 10.345 mil foram reconhecidos no Resultado do Exercício e R\$ 4.780 mil registrados a crédito do Ativo Imobilizado. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos, possui a expectativa de que não ocorrerão questionamentos por parte da Receita Federal do Brasil, nem perdas significativas sobre os créditos constituídos relacionados ao PIS e à COFINS.

Acordo de leniência firmado por grupo econômico relacionado com acionista

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, o grupo econômico relacionado com acionista da Companhia oficializou acordo de leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU), no valor de R\$ 1,49 bilhão. Em contrapartida, as ações de improbidade conduzidas pela AGU e os processos administrativos instaurados pela CGU serão extintos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhias a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório por conta das consequências adversas de tal comunicação, que podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador - BA, 06 de fevereiro de 2026



AUDICONT – AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA – Nº 0568

LUIZ AUGUSTO FERNANDES DOURADO
DIRETOR - CRC – Nº 15.205

QUADRO I

TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	04	8.036	16.209	Fornecedores		440	649
Estoques	05	10.517	10.728	Empréstimos e financiamentos	09	13.041	12.305
Tributos a recuperar	06	1.245	1.474	Obrigações sociais e trabalhistas		252	221
Adiantamentos		5	13	Obrigações fiscais e tributárias	10	137	47
Outros		275	289	Férias e encargos sociais		227	107
Total do circulante		20.078	28.713	Total do circulante		14.097	13.329
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	11	128.816	112.925
Aplicação financeira	04	626	1.174	Empréstimos e financiamentos	09	14.370	23.469
Depósitos judiciais		353	280	Obrigações fiscais e tributárias	10	-	2.514
Tributos a recuperar	06	22.405	31.989	Provisão para contingências	12	18.229	15.621
		23.384	33.443	Total do não circulante		161.415	154.529
Imobilizado	08	113.710	119.054	<u>Patrimônio líquido</u>			
				Capital social	13	40.255	40.126
Total do não circulante		137.094	152.497	Reserva de lucros	14	17.115	17.244
				Prejuízos acumulados		(75.710)	(44.018)
				Total do patrimônio líquido		(18.340)	13.352
TOTAL DO ATIVO		157.172	181.210	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		157.172	181.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II**TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)**

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	251	1.634
Custo das vendas e dos serviços prestados		(308)	(2.944)
Prejuízo bruto		(57)	(1.310)
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(8.512)	(15.447)
Pessoal	17	(2.399)	(5.302)
Depreciação	08	(5.344)	(5.429)
Tributárias		(281)	(672)
Outras receitas (despesas)	18	2.691	(3.630)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos		(13.902)	(31.790)
Financeiras, líquidas	19	(17.790)	(13.634)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda		(31.692)	(45.424)
Contribuição social e Imposto de renda diferidos	07	-	(12.783)
Prejuízo do exercício		(31.692)	(58.207)
Prejuízo por ação do capital social no final do exercício		R\$ (0,79)	R\$ (1,45)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(31.692)	(58.207)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	<u>(31.692)</u>	<u>(58.207)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV**TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em milhares de reais)**

			Reserva de lucros		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.126	1.107	17.176	9.736	68.145
Ajustes de exercícios anteriores				169	169
Estorno da distribuição de dividendos				3.245	3.245
Complemento da constituição de reservas de lucros de 2023: incentivos fiscais			68	(68)	-
Prejuízo do exercício				(58.207)	(58.207)
Utilização da reserva legal para absorção de prejuízos		(1.107)		1.107	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.126	-	17.244	(44.018)	13.352
Aumento de capital:					
Utilização de reserva de incentivo fiscal	129		(129)		-
Prejuízo do exercício				(31.692)	(31.692)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	40.255	-	17.115	(75.710)	(18.340)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Prejuízo do exercício		(31.692)	(58.207)
Ajustado por:			
Depreciação	08	5.344	5.429
Atualização monetária, líquida		18.357	11.198
Deságio dos créditos de ICMS		(2.762)	(44)
Tributos diferidos		-	12.783
Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		2.608	12.090
Variação cambial		178	-
		(7.967)	(16.751)
<u>Variações nos ativos - (Aumento) Redução</u>			
Contas a receber		-	281
Estoques		211	4.737
Tributos a recuperar		12.669	1.396
Adiantamentos		8	29
Outros		13	(241)
		12.901	6.202
<u>Variações nos passivos - Aumento (Redução)</u>			
Fornecedores		(209)	(629)
Obrigações sociais e trabalhistas		31	(1.218)
Obrigações fiscais e tributárias		(2.631)	(37)
Férias e encargos sociais		120	(376)
Depósitos judiciais		(73)	1
		(2.762)	(2.259)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		2.172	(12.808)
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</u>			
Aplicação financeira		548	1.030
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		548	1.030
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Obtidos		-	20.375
Pagamentos		(10.893)	(9.031)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		(10.893)	11.344
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(8.173)	(434)
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.209	16.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.036	16.209
		(8.173)	(434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TORRES EÓLICAS DO NORDESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Torres Eólicas do Nordeste S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com fins lucrativos e econômicos, fundada em 28 de junho de 2011, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. do Contorno, nº 8.279, sala 300 - A3, Bairro Gutierrez, CEP 30110-059, e uma filial estabelecida na BR 324, km 22, Fazenda Caratiú, Distrito Caatinga do Moura, Jacobina - BA, CEP 44700-000, inscrita no CNPJ sob nº 13.892.216/0002-31.

A sociedade tem por objeto social: a fabricação, industrialização, montagem, construção e a comercialização de produtos metalúrgicos; a fabricação, industrialização, comercialização, montagem, construção e a armazenagem de torres eólicas metálicas ou híbridas (concreto e metálica), bem como a prestação de serviços de manutenção, reparação e assistência técnica de equipamentos.

A Companhia encontra-se com as atividades paralisadas, no entanto, após encerramento do exercício de 2025, com pedido de compra realizado no dia 26 de janeiro de 2026, foi formalizado contrato com a Empresa Goldwind Equipamentos e Soluções em Energia Renovável Ltda, para a fabricação de 23 torres, com previsão de faturamento de R\$ 41.897 mil (fase 01), com a possibilidade de nova demanda para a fabricação de 16 torres e previsão de faturamento de R\$ 29.146 mil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão de acordo a aprovação dos membros da diretoria em 06 de fevereiro de 2026.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os instrumentos financeiros e provisão para contingências cíveis e trabalhistas. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados ao valor provável de realização na data de encerramento das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Os estoques são avaliados aos custos médios de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo desses ativos, ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	Taxa anual %
Edificações e outras construções	1,67% a 5%
Ferramentas industriais	4% a 33,33%
Máquinas, equipamentos e veículos pesados	4% a 12,5%
Veículos mistos e ligeiros	20%
Equipamento informático e mobiliário	6,67% a 25%

Se houver uma indicação de que ocorreu uma mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a taxa de depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias vigentes no Brasil promulgadas até a data do balanço, de acordo com as regras do lucro real. Os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado do exercício.

k) Reconhecimento da receita

A principal receita da Companhia decorre da venda das estruturas metálicas destinadas à geração de energia eólica. A satisfação da obrigação de desempenho através da transferência do controle do bem fabricado ocorreu em momento específico no tempo, conforme determina o IFRS 15. Diante disso, a receita foi reconhecida quando do aceite do produto pelo cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre ele.

l) Moeda estrangeira

▪ Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

- **Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

m) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia administra seu capital, para assegurar que as operações possam continuar com suas atividades normais.

As operações da Companhia são financiadas, substancialmente, por recursos oriundos de partes relacionadas, por meio de empréstimos concedidos por seus acionistas.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e, dessa nota explicativa.

- **Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

- **Contas a receber**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos seus clientes. A Administração da Companhia avalia que o risco é baixo em função de não existir histórico de perdas reconhecidas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez elevados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras no: Banco Bradesco S.A., Banco Daycoval S.A, Banco Industrial S.A. e Banco do Nordeste S.A. de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Diretoria. A Companhia possui empréstimos bancários para capital de giro e financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

e) Risco de mercado

- **Risco de taxa de câmbio**

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio tais como: aquisição de partes e peças para estoque e imobilizado, e as contas a pagar decorrentes dessas operações.

Atualmente, a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio e não tem sido prática operar com derivativos.

- **Risco de taxa de juros**

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus ativos (aplicações) no mercado. A Companhia possui aplicações financeiras e recursos oriundos de partes relacionadas expostas a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Banco Daycoval S.A.	7.018	15.819
Banco do Nordeste S.A.	969	482
Banco Bradesco S.A.	671	381
Banco do Nordeste S.A. – Reinvestimento	-	697
Outros	4	4
	8.662	17.383
Circulante	8.036	16.209
Não circulante	626	1.174

Banco Daycoval S.A.

As aplicações foram realizadas em fundos de renda fixa, com resgate no prazo de um dia após a solicitação, com rendimento de 14,62% a.a. nos últimos 12 meses.

Banco do Nordeste S.A.

O saldo de longo prazo refere-se à constituição de fundo de liquidez, de exigência da Instituição financeira, para asseguarção do pagamento de parcela, em caso de atraso pela Companhia, pelos contratos de créditos nº 187.2021.904.6929 e nº 187.2022.1078.7646, previstos para encerramento em julho de 2029 e julho de 2030, respectivamente.

Banco do Nordeste S.A. - Reinvestimento

O saldo de longo prazo refere-se ao benefício fiscal onde a Companhia deixa de recolher 30% do IRPJ devido e aplica o valor em conta específica no Banco do Nordeste S.A., acrescido de 50% de recursos próprios. O resgate do montante aplicado é condicionado à aprovação, pela SUDENE, do projeto de modernização ou complementação dos seus equipamentos. Em observância à essas regras, no exercício a Companhia efetuou o resgate de R\$ 697 mil, devidamente vinculado à execução do projeto aprovado.

5. ESTOQUES

	2025	2024
Matéria-prima e insumos	10.517	10.728

Os estoques referem-se, basicamente, a matéria-prima e insumos disponíveis para aplicação no processo de produção.

Matéria-prima e insumos

	2025	2024
Material elétrico	1.479	1.702
Equipamento/material de solda	1.413	2.145
Peças para veículos leves	1.289	1.289
Peças para equipamentos	1.140	1.140
Ferramentas e utensílios	917	917
Abrasivos	852	869
Proteção e segurança no trabalho	828	828
Equipamentos/Implementos/Acessórios	754	754
Peças e acessórios para construção civil	661	661
Elementos de fixação	334	359
Tintas/solventes e vernizes	30	1.477
Torres/Colunas e internos	26	1.221
Outros	794	830
Perda por irrecuperabilidade	-	(3.464)
	10.517	10.728

A Companhia adota o procedimento de avaliação periódica dos estoques para identificar eventuais perdas por deterioração ou obsolescência. Quando identificado que o valor contábil de determinado item excede o valor líquido realizável, é reconhecida uma provisão para perdas.

A provisão para perda de estoques foi constituída com base em: itens com validade vencida ou próxima do vencimento; itens obsoletos; itens danificados ou deteriorados.

No exercício de 2025, a Companhia vendeu os itens que constituíam a provisão por irrecuperabilidade realizada no exercício de 2024. Além disso, após avaliação, não se fez necessária a constituição de uma nova provisão para perdas.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
ICMS	22.405	32.153
IRPJ	562	663
CSLL	528	482
COFINS	93	105
IPI	32	32
PIS	30	28
	23.650	33.463
Circulante	1.245	1.474
Não circulante	22.405	31.989

(a) ICMS

Os créditos acumulados até o exercício de 2016, no montante de R\$ 6.222 mil, foram homologados pela Secretaria Estadual da Fazenda. Durante o exercício de 2018, o montante de R\$ 1.848 mil foi utilizado para compensação do auto de infração nº 207150.0005/16-8. Em 2019, foi realizada a venda de R\$ 507 mil e formalizado contrato para venda de R\$ 2.888 mil condicionada à autorização da Secretaria Estadual da Fazenda. Além disso, no exercício de 2019 o saldo de R\$ 980 mil foi utilizado para pagamento de ICMS importação, conforme parecer final nº 30919/19.

Os créditos acumulados no exercício de 2017, no montante de R\$ 5.443 mil, foram homologados pela Secretaria Estadual da Fazenda. No exercício de 2019, o total de R\$ 11 mil foi utilizado para o pagamento de ICMS da Nota fiscal 4151962019. Em 2020, o montante de R\$ 981 mil foi utilizado para pagamento de ICMS importação, conforme parecer final nº 9217/20. Em 2021, foi utilizado R\$ 1.353 mil para pagamento de ICMS importação, conforme parecer final nº 2722/21.

A Companhia vem buscando junto à Secretaria Estadual da Fazenda a homologação do saldo de créditos acumulados a partir do exercício de 2018 e a certificação para compensar o ICMS- importação.

No exercício de 2025, a Companhia efetivou a venda de parte dos saldos dos créditos acumulados. Além disso, o montante de R\$ 1.292 mil foi utilizado para compensar o auto de infração nº 2796910010/25-0.

No exercício de 2025, considerando a expectativa de comercializar o saldo dos créditos acumulados, a Companhia optou por manter o reconhecimento de um deságio de 30% sobre a totalidade dos créditos, no montante de R\$ 9.602 mil e reclassificá-los para o Ativo não Circulante.

Saldo em 31/12/2025	Deságio de 30%
32.007	9.602

Composição do saldo:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.665	11.665
(-) compensação do auto de infração	(3.181)	(1.889)
(-) Venda concretizada e recebimento em 2019	(518)	(518)
(-) Compensação ICMS importação	(3.314)	(3.314)
(-) Venda de crédito	(213)	(213)
Créditos líquidos apurados em 2018	10.754	10.754
Créditos líquidos apurados em 2019	3.286	3.286
Créditos líquidos apurados em 2020	8.221	8.221
Créditos líquidos apurados em 2021	8.949	8.949
Créditos líquidos apurados em 2022	5.172	5.172
Créditos líquidos apurados em 2023	3.753	3.753
Créditos líquidos apurados em 2025	971	-
(-) Venda de créditos	(13.538)	-
(-) Deságio de 30%	(9.602)	(13.713)
	22.405	32.153

(b) Créditos extemporâneos

No exercício de 2020, a Companhia contratou empresa especializada para levantamento de créditos fiscais relativos aos últimos 05 (cinco) exercícios, correspondentes ao PIS e à COFINS não cumulativos incidentes sobre as aquisições de bens do ativo imobilizado e demais insumos, bem como do INSS sobre verbas indenizatórias, limitação da base de cálculo das contribuições devidas a terceiros (sistema S), não incidência de contribuição previdenciária patronal – descontos dos funcionários a título de coparticipação no custeio de vale transporte, vale refeição, planos de saúde e planos odontológicos.

Descrição	Saldo original	Baixa	Saldo em 2020	Baixa	Saldo em 2021
PIS/COFINS sobre ativo Imobilizado	4.780				
PIS/COFINS demais insumos	2.898				
	7.678	(3.958)	3.720	(3.720)	-
INSS	7.447	(4.953)	2.494	(2.494)	-
Total	15.125	(8.911)	6.214	(6.214)	-

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

IR e CSLL – Diferidos

Até o exercício de 2023, a Companhia registrou tributos diferidos sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, bem como sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, considerando que reunia todas as condições necessárias para o seu reconhecimento, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12). No entanto, no exercício de 2024, devido à ausência das condições necessárias de recuperabilidade deste ativo, o saldo foi integralmente baixado.

Descrição	Alíquota	Saldo em 2022	Variação	Saldo em 2023	Ajustes	Variação	Saldo em 2024
Prejuízos fiscais acumulados		47.114	(7.993)	39.121	591	(39.712)	-
Bases negativas de CSLL		47.164	(7.768)	39.396	-	(39.396)	-
Adições/Exclusões temporárias							
Contingências		1.059	2.472	3.531	-	(3.531)	-
Deságio ICMS		12.601	1.169	13.770	-	(13.770)	-
Depreciação econômica vs fiscal		(15.398)	(4.398)	(19.796)	-	19.796	-
Provisão de baixas com itens obsoletos		305	(305)	-	-	-	-
Imposto de renda diferido	25%	11.421	(2.188)	9.233	201	(9.434)	-
Contribuição social diferida	9%	4.115	(766)	3.349	-	(3.349)	-
Total		15.536	(2.954)	12.582	201	(12.783)	-

8. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação (%) a.a.	2025			2024
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	30	-	30	30
Edifícios e outras construções	1,67 a 5	74.808	(14.754)	60.054	61.444
Ferramentas industriais	4 a 33,33	13.709	(6.255)	7.454	8.591
Máquinas, equipamentos e veículos pesados	4 a 12,5	60.456	(16.745)	43.711	46.253
Veículos mistos e ligeiros	20	113	(93)	20	33
Equipamento informático e mobiliário	6,67 a 25	3.132	(2.127)	1.005	1.267
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1.436	-	1.436	1.436
Total		153.684	(39.974)	113.710	119.054

Movimentação das contas do ativo imobilizado durante os exercícios de 2025 e 2024:

	Terrenos	Edificações e outras construções	Ferramentas industriais	Máquinas, equipamentos e veículos pesados	Veículos mistos e ligeiros	Equipamento informático e mobiliário	Ativos fixos tangíveis em curso	Imobilizado total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30	62.834	9.552	48.985	44	1.602	1.436	124.483
Depreciação	-	(1.390)	(961)	(2.732)	(11)	(335)	-	(5.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	30	61.444	8.591	46.253	33	1.267	1.436	119.054
Depreciação	-	(1.390)	(1.137)	(2.542)	(13)	(262)	-	(5.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	30	60.054	7.454	43.711	20	1.005	1.436	113.710

Revisão das taxas de depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 montou a R\$ 5.344 mil (em 2024, R\$ 5.429 mil), sendo apropriada às despesas operacionais.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2025	2024
Banco Daycoval S.A.	14.413	20.375
Banco do Nordeste do Brasil S.A	12.134	13.937
Intesa Sanpaolo	864	1.462
	27.411	35.774
Circulante	13.041	12.305
Não circulante	14.370	23.469

Banco Daycoval

Empréstimos obtidos junto ao Banco Daycoval S.A. para capital de giro.

Especificação	Taxa de juros	Vencimento
Banco Daycoval - Contratos 111014-6 / 111013-8	0,51% a.m. + CDI	13/09/2027

▪ **Garantias**

As garantias da operação de empréstimos foram os avais dados pelos acionistas GE Energias renováveis e Andrade Gutierrez Engenharia S/A.

Banco do Nordeste do Brasil

▪ **Características**

Empréstimos obtidos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. para a aquisição de máquinas e equipamentos necessários para a atividade da Companhia, em 09 de julho de 2021, 25 de julho de 2022 e 14 de setembro de 2022.

Especificação	Taxa de juros	Vencimento
Banco do Nordeste do Brasil – nº 187.2021.904.6929	0,13% a.m. + FAM	15/07/2029
Banco do Nordeste do Brasil – nº 187.2022.1078.7646	0,70% a.m. + FAM	28/07/2030
Banco do Nordeste do Brasil – nº 187.2022.987.7642	1,15% a.m. + FAM	25/07/2025

▪ **Garantias**

Contrato nº 187.2021.904.6929

As garantias da operação de financiamento foram a contratação de fiança bancária através do contrato 4755221 do Banco Daycoval S.A. no valor de R\$ 10.000 mil e a cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta definida pelo Banco do Nordeste S.A.

Contrato nº 187.2022.1078.7646

As garantias da operação de financiamento foram a contratação de fiança bancária através do contrato 4809422 do Banco Daycoval S.A. no valor de R\$ 4.865 mil e a cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta definida pelo Banco do Nordeste S.A. com no mínimo 5% do valor total do contrato.

Contrato nº 187.2022.987.7642

A garantia da operação de financiamento foi a contratação de fiança bancária através do contrato 4802722 do Banco Daycoval S.A. no valor de R\$ 12.000 mil.

Intesa Sanpaolo

▪ Características

Financiamento em moeda estrangeira obtido junto à Exetra Spa para a aquisição de máquinas e equipamentos necessários para a atividade da Companhia, em 04 de agosto de 2022.

Especificação	Taxa de juros	Vencimento
Exetra Spa – 2021-124	4,35% a.a.	15/04/2027

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
PIS	62	448
IRRF sobre folha	51	35
PIS/COFINS/CSLL a pagar	12	5
INSS	5	5
ISS	3	2
COFINS	-	2.065
Outros	4	1
	137	2.561
Circulante	137	47
Não circulante	-	2.514

PIS e COFINS

Referem-se, basicamente, aos tributos sobre as receitas operacionais e sobre as multas contratuais aplicadas aos clientes Alstom Energias Renováveis Ltda no exercício de 2016 e GE Energias Renováveis Ltda no exercício de 2017.

No exercício de 2025, houve a prescrição dos tributos, extinguindo o débito tributário, ocasionando a baixa do saldo a recolher.

11. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	64.547	56.586
GE Energias Renováveis LTDA	64.269	56.339
	128.816	112.925

Referem-se aos empréstimos obtidos com incidência de encargos financeiros correspondentes a 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os encargos financeiros contabilizados no exercício de 2025 montaram a R\$ 15.891 mil (em 2024, R\$ 10.887 mil).

Nos exercícios de 2025 e 2024 não houve amortização da dívida.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2025	2024
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	18.229	15.621
	18.229	15.621

Processos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia vem se defendendo judicialmente de reclamações cíveis, trabalhistas e tributárias, além de responder na esfera administrativa a processos tributários. Com base na avaliação da Administração e na opinião dos seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$ 18.751 mil (em 2024, R\$ 15.621 mil), que é considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas nos processos classificados, pelos assessores jurídicos, como provável.

A Companhia possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2025, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

Probabilidade de perda – 2025

Natureza	Provável	Possível	Remota	Total
Tributária	14.866	6.310	7.192	28.368
Trabalhista	3.200	983	-	4.183
Cível	163	1.749	69	1.981
	18.229	9.042	7.261	34.532

Probabilidade de perda – 2024

Natureza	Provável	Possível	Remota	Total
Tributária	13.671	2.890	6.707	23.268
Trabalhista	1.787	1.796	-	3.583
Cível	163	60	-	223
	15.621	4.746	6.707	27.074

No exercício de 2020, a Companhia contratou empresa especializada para levantamento de créditos fiscais dos últimos 05 (cinco) exercícios sobre INSS sobre verbas indenizatórias, limitação da base de cálculo das contribuições devidas a terceiros (sistema S), não incidência de contribuição previdenciária patronal – descontos dos funcionários a título de coparticipação no custeio de vale transporte, vale refeição, planos de saúde e planos odontológicos.

A partir do exercício de 2021, a Companhia continuou deduzindo do saldo de INSS a recolher, apurados sobre verbas indenizatórias, a limitação da base de cálculo das contribuições devidas a terceiros (sistema S), não incidência de contribuição previdenciária patronal – descontos dos funcionários a título de coparticipação no custeio de vale transporte, vale refeição, planos de saúde e planos odontológicos. A partir de maio de 2021, a apuração foi apresentada nas obrigações acessórias sem o desconto do sistema S, passando a recolher o INSS, e, posteriormente, aproveitando o crédito através de Per/Dcomp.

O aumento da provisão para contingências no exercício de 2024 e 2025, refere-se, basicamente, aos processos administrativos relativos à cobrança de débitos pela Receita Federal do Brasil, dos valores de créditos previdenciários levantados pela limitação da base de cálculo em até 20 salários-mínimos das contribuições destinadas ao Sistema S.

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social, em 2025 está representado por 40.255 mil (em 2024, 40.126 mil) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

O aumento de capital no exercício de 2025 é proveniente das reservas de incentivos fiscais.

14. RESERVA DE LUCROS

Lucro da exploração

Com base nos termos do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE através do Laudo Constitutivo nº 0067/2016, bem como a Receita Federal do Brasil através do Despacho decisório nº 548 – DRF/BH reconheceu à Companhia o direito de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidentes sobre as receitas decorrentes da fabricação de estruturas metálicas.

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2024 a Reserva legal foi utilizada para absorção de prejuízos.

Reinvestimento

Com base nos termos do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE através da Portaria DFIN nº 017/2020 reconheceu à Companhia o direito de redução por reinvestimento de 30% do IRPJ devido para projeto de complementação de equipamento a ser utilizado nas atividades de fabricação de estruturas metálicas.

Composição da reserva de incentivos fiscais:

	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.176
Complemento de Incentivo fiscal - Redução do Imposto de Renda 2023	68
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.244
Aumento de capital	(129)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.115

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Serviços prestados	-	266
Outros	308	1.641
ICMS sobre vendas	(32)	(96)
COFINS sobre vendas	(21)	(135)
PIS sobre vendas	(4)	(29)
ISS sobre faturamento	-	(13)
	251	1.634

16. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Provisão para contingências	(2.609)	(12.090)
Assessoria Jurídica	(1.645)	(83)
Consultoria	(1.505)	(224)
Vigilância e Segurança	(580)	(464)
Seguros – Garantias	(482)	(854)
Jornais, Revistas e Publicações	(286)	(52)
Eletricidade	(235)	-
Assistência técnica	(212)	(170)
Conservação e Reparação de equipamentos	(176)	(112)
Aluguel de equipamentos	(148)	(26)
Aluguel de veículos	(112)	(221)
Outros	(522)	(1.151)
	(8.512)	(15.447)

17. PESSOAL

	2025	2024
Salário	(1.183)	(2.240)
Seguro de saúde, vida, assistência médica	(471)	(608)
INSS	(309)	(417)
Férias, 13º salário e encargos	(281)	(485)
FGTS	(99)	(561)
Transporte	(36)	(3)
Prêmios	(15)	-
Alimentação	-	(420)
Outros	(5)	(568)
	(2.399)	(5.302)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2025	2024
Reversão (Provisão) das perdas com itens obsoletos	3.464	(3.464)
Baixa de itens obsoletos	(3.470)	-
Reversão PIS e COFINS	2.722	-
Ganhos resultantes de sinistros	-	942
Perdas com itens de estoques avariados	-	(1.021)
Outros	(25)	(87)
	2.691	(3.630)

❖ Reversão (Provisão) das perdas com itens obsoletos

Em 2024, foi constituída provisão para perda dos estoques com base em: itens com validade vencida ou próxima do vencimento; itens obsoletos; itens danificados ou deteriorados. No exercício de 2025, houve reversão desta provisão, visto que os itens foram vendidos.

❖ Reversão PIS e COFINS

A reversão de PIS e COFINS refere-se à baixa em decorrência da prescrição, no exercício de 2025, dos tributos devidos sobre as receitas operacionais e sobre as multas contratuais aplicadas aos clientes Alstom Energias Renováveis Ltda no exercício de 2016 e GE Energias Renováveis Ltda no exercício de 2017.

19. FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2025	2024
Juros - empréstimo com partes relacionadas	(15.891)	(10.887)
Juros - empréstimos e financiamentos bancários	(4.766)	(2.743)
Comissões bancárias	(701)	(817)
Juros e multas de mora	(645)	(218)
Despesas bancárias	(33)	-
Variação cambial	(178)	(318)
Deságio ICMS	2.762	44
Outras despesas financeiras	-	(33)
	(19.452)	(14.972)
Receitas financeiras	1.568	1.169
Atualização monetária	94	167
Ganhos com indenizações	-	2
	1.662	1.338
	(17.790)	(13.634)

20. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. O principal valor das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 refere-se a cobertura de riscos diversos, lucros cessantes e explosão de qualquer natureza, em suas instalações e estoques.

21. ASSINATURA DE ACORDO DE LENIÊNCIA FIRMADO POR GRUPO ECONÔMICO RELACIONADO COM ACIONISTA

Em 18 de dezembro de 2018, a Andrade Gutierrez oficializou acordo de leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU), no valor de R\$ 1,49 bilhão. Em contrapartida, as ações de improbidade conduzidas pela AGU e os processos administrativos instaurados pela CGU, serão extintos.

Além de ressarcir os valores e quitar as multas, a Andrade Gutierrez vem colaborando com as investigações, fornecendo informações a serem utilizadas pelos órgãos para embasar novas ações de responsabilização. Com o acordo assinado, a Andrade Gutierrez fica liberada para novos contratos com o governo federal.
